

## **RECURSOS OCIOSOS NA ECONOMIA NACIONAL** **IGNÁCIO RANGEL**

Editora Hucitec, 1980, São Paulo

*Luiz Carlos Bresser Pereira*

Há muitos economistas que vivem de um passado que chega no máximo até o presente; há uns poucos que pesam o passado e o presente em função do futuro. Ignácio Rangel está certamente entre estes últimos. É preciso, entretanto, qualificar esse "futuro". Há o futuro da futurologia estatística. Este definitivamente não interessa a Rangel. Há o futuro do derrotismo ou da perplexidade pessimista. Também este tipo de porvir não pertence ao seu quadro de referências. Rangel é um otimista, porque acredita nas potencialidades do país e nas virtualidades de uma política econômica inteligente, ajustada ao momento histórico presente.

Estas características do seu pensamento estão bem presentes na segunda edição atualizada de dois trabalhos do início dos anos sessenta de Ignácio Rangel: "Recursos Ociosos na Economia Nacional", publicado pelo ISEB, e "Apontamentos para II Programa de Metas", editado pelo CONDEPE. A reedição destes trabalhos é muito oportuna não apenas porque Ignácio Rangel é um dos mais notáveis economistas políticos deste país, mas também porque o debate e as teorias que ele apresenta continuam extremamente atuais.

A atualidade do livro não deriva apenas das notas de rodapé e do capítulo e meio adicionado ao final do livro. O pensamento todo de Ignácio Rangel continua extremamente vivo mesmo quando escrito em 1960.

A maior originalidade e a base da atualidade deste livro está no fato de, a partir do pressuposto de que a economia brasileira conta com capacidade ociosa, ele procura aliar o planejamento econômico à análise do ciclo econômico. Rangel escrevia o primeiro ensaio em 1960, quando estávamos no auge do ciclo, e o segundo em 1962, quando a crise já se desencadeara. E percebia então que, para escapar à crise, caracterizada pelo aumento dos recursos ociosos, era essencial que o Estado interviesse para programar o desenvolvimento, e que o fizesse definindo um novo campo ou um novo pacote de investimentos e inovações que lograsse a reversão do ciclo.

A atualidade do tema é óbvia. Nunca foi mais importante estudar o ciclo econômico e a intervenção do Estado. Naquela época como hoje a economia estava em crise e o Estado estava imobilizado, incapaz de executar uma política econômica efetiva. Esta imobilização decorre seja do desequilíbrio financeiro externo e interno do país, seja de uma crise de legitimidade política que, do ponto de vista da classe dominante, exprimiu-se e ainda se exprime através de uma equivocada campanha contra a estatização.

O desenvolvimento econômico de um país subdesenvolvido e marcado por profundos desequilíbrios como o brasileiro deve ser necessariamente programado pelo Estado. Para combater a inflação e reequilibrar a balança comercial brasileira, especialmente, será neces-

sária uma forte e bem orientada intervenção do Estado na economia. Neste livro Ignácio Rangel discute muitos dos problemas relacionados com a programação econômica, o aproveitamento dos recursos ociosos, a superação da fase recessiva do ciclo econômico e o combate à inflação com a inteligência e o vigor que lhe são característicos.

Como acontece aos verdadeiros pensadores e não aos meros repetidores de ideologias cediças de direita ou de esquerda, é difícil situar ideologicamente Ignácio Rangel. Certamente é um homem mais à esquerda do que à direita, mas é evidente que o socialismo não está no seu horizonte de preocupações, na medida em que percebe ainda com muita clareza o dinamismo do capitalismo brasileiro. Como um dos expoentes do pensamento do ISEB nos anos cinquenta poderíamos pensar que é um ideólogo da "burguesia nacional", mas é impossível conciliar essa idéia simplista com sua firme defesa da intervenção estatal. Seria então um defensor da tecnoburocracia? Sob muitos aspectos, sim, mas desde que essa tecnoburocracia se coloque a serviço não apenas do desenvolvimento mas também de uma distribuição da renda e da riqueza mais justa.

É preciso salientar, entretanto, que o enquadramento ideológico de Rangel é extremamente difícil não apenas devido à riqueza do seu pensamento, mas também porque ele dificilmente entra no campo da ideologia. Seu tema constante é a análise econômica concreta. É a utilização do pensamento dos grandes economistas, principalmente de Marx e de Keynes, mais a sua própria imaginação e capacidade de inovar para analisar a realidade brasileira e propor soluções. Suas propostas de política econômica, que emergem sempre da análise, estão invariavelmente orientadas no sentido da combinação dos objetivos do desenvolvimento, sob a liderança burguesa e tecnoburocrática, já que não há outra alternativa, com os interesses populares. É assim que podem ser compreendidas suas idéias sobre a crise agrária e a necessidade de uma reforma agrária, ou então sua proposta de investimentos maciços nos serviços públicos urbanos orientados para a produção de serviços de consumo social popular. Estas propostas nascem sempre da análise da dinâmica contraditória do capitalismo brasileiro. São produto de um pensamento dialético, inovador, que desvenda caminhos e deixa sempre abertura para que seus leitores continuem a pensar.

## **AGRICULTURA E CAPITALISMO** **MANUEL CORREIA DE ANDRADE**

Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, São Paulo.

*Marcelo Gravina Antinari*

Assim como na moeda, em tudo o mais existem duas faces. Grande parte das vezes, em uma primeira aproximação, apenas uma das faces nos é revelada. Manuel Correia de Andrade, nesta coletânea de textos e conferências produzidas ao longo dos anos 1978/79, aqui reunidos sob o título de "Agricultura e Capitalismo", tem o grande mérito de virar a moeda e, utilizando-se de seu profundo conhecimento da problemática agrária brasileira, já bem demonstrado em trabalhos anteriores, nos mostrar a outra face daquilo que se procura hoje classificar como "a grande safra agrícola".

Através de uma linguagem e forma extremamente acessíveis, o autor procura, especialmente nos três trabalhos iniciais “Evolução histórica e perspectivas de mudanças na agricultura”, “Agricultura: crescimento & pobreza” e “O processo de modernização agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no Brasil”, comentar e analisar tanto os fatores que condicionam as especificidades do desenvolvimento agrário brasileiro como também e mesmo principalmente as conseqüências deste tipo específico de desenvolvimento em nossa formação social. Uma agricultura que assume cada vez mais prioritariamente a tarefa de compensar com a expansão de suas exportações a balança comercial brasileira possui também, o seu reverso; maiores safras e maiores exportações obtidas através de uma expansão da área cultivada, e secundariamente pela expansão da produção mecanizada, trazem em seu bojo uma brutal modificação nos aspectos tradicionais do relacionamento entre o homem brasileiro e sua terra.

A expansão do trabalho assalariado, substituindo as antigas formas de trabalho do tipo da parceria e do colonato, separando o homem-trabalhador da terra, meio de produção essencial, e a expansão da pecuária, impondo o boi por sobre o lugar de antigos sítios e roçados, transformaram totalmente as condições de vida e trabalho das populações rurais. O privilégio, em nossa política agrária, dado à agricultura de exportação e a conseqüente limitação ao desenvolvimento da agricultura dirigida aos mercados internos, a utilização desenfreada e despreocupada de nossos recursos naturais, colocam algumas negras nuvens em torno das perspectivas do abastecimento e da preservação de nosso meio ambiente. São estas, basicamente, as questões desenvolvidas por Manuel Correia de Andrade ao longo dos trabalhos aqui reunidos, merecendo ser enfatizada a preocupação do autor com as perspectivas de evolução do meio ambiente analisadas e comentadas com maior detalhamento nos dois trabalhos finais “Poluição e morte dos rios” e “O meio ambiente e a agricultura”.

As análises de Manuel Correia de Andrade, profundamente calcadas em uma análise histórica e fundamentada numa perspectiva dialética, surgem quase como um alerta sobre os problemas do desenvolvimento, um alerta de alguém que assistiu diretamente, ao longo das últimas décadas, à transformação da zona da mata pernambucana de um lugar onde viviam homens em um lugar onde apenas se produz cana, e é baseando-se nesta experiência que ele procura apontar os efeitos devastadores para toda formação social brasileira que podem advir de uma política agrária estritamente calcada em critérios de produtividade.

O mérito maior deste trabalho está em que a apresentação destes problemas não se dá meramente através de um criticismo que poderia ser tachado de leviano, Manuel Correia de Andrade procura sempre mostrar os dois lados da moeda, porque é assim e quais as conseqüências de assim o ser, além de, em alguns momentos, acenar para políticas alternativas que poderiam ser seguidas no momento em que alertas como este provocassem a tomada de consciência de toda a sociedade para os problemas apontados e pressionassem por políticas mais adequadas. “Uma política que integre os dois elementos: homem e natureza.”